

POLÍTICA AGRÍCOLA E AGRÁRIA NO BRASIL: NOVA INSTITUCIONALIDADE

TALES VITAL¹
YONY SAMPAIO²

Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, Pernambuco.
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco.

1. INTRODUÇÃO

Espera-se que a agricultura cumpra o papel de garantir o abastecimento alimentar da população, de fornecer matéria-prima para a agroindústria, de transferir recursos financeiros para o setor urbano, servir como reserva de mão-de-obra para os demais setores, constituir-se em mercado para a indústria, além de gerar renda que garanta à população rural melhores condições de vida (Johnston & Mellor, 1961). Na agricultura essa responsabilidade é dos grandes, médios e pequenos proprietários das terras e da massa de trabalhadores rurais. A política agrícola e o planejamento da agricultura busca contribuir para o alcance desses propósitos.

A abordagem desse texto para analisar os fatores condicionantes da política agrícola e do planejamento agrícola no país é desenvolvida dentro de uma visão dialética, em que a luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento (Gil, 2002). O método dialético é dinâmico, considera os diversos aspectos da realidade como inter-relacionados e dependentes, devendo, portanto, ser vista a investigação dos fatos econômicos em conexão com as circunstâncias políticas, jurídicas e culturais que os envolvem.

Por outro lado, Santos (2003) citando North, *“analisa a sociedade sob o viés institucional, apresentando as interfaces na conformação das relações sociais... A análise societal sob a ótica institucionalista, fundamenta e caracteriza as instituições e as organizações que são as bases de conformação do modelo de gestão de nação”*. Nessa mesma linha Valente (2007) argumenta...*“Assim, para que se possa compreender as transformações históricas, é preciso que se*

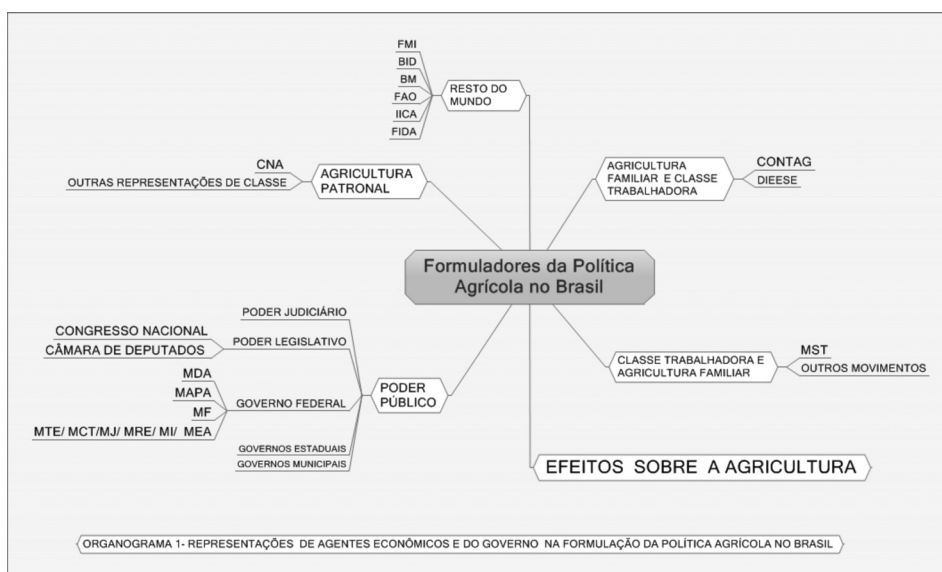
¹ Acadêmico da APCA, Dr em Economia e Professor Associado da UFRPE.

² Engenheiro Agrônomo, PhD em Economia e Professor Titular da UFPE.

compreenda também as mudanças institucionais e a forma como evolui a sociedade, já que tanto as instituições afetam a economia e as estruturas sociais como são influenciadas por elas”.

De outra parte, a abordagem sistêmica é amplamente empregada para o desenvolvimento científico e tecnológico em diversas áreas do conhecimento. O sistema pode ser considerado como uma forma lógica de apreensão da realidade. Na identificação e montagem de sistemas, busca-se uma descrição de traços da realidade, cujo conjunto permite a percepção de *uma* condição de ordem e a proposição de uma forma operativa voltada para uma determinada finalidade (Lieber, 2009). Essa abordagem pode também ser aplicada para identificar e diferenciar as políticas agrícolas de um país e de seus efeitos sobre o setor agropecuário.

Considerando os interesses econômicos nacionais e internacionais na agropecuária brasileira, os agentes sociais envolvidos e a correlação de força e o poder de cada um desses agentes sobre as demais, através de suas instituições, incluindo aí o governo e a administração, essa institucionalidade vai definir o perfil da política agrícola e agrária, grosso modo, representada de forma sistêmica no organograma 1.



Fonte: Elaborado pelo autor.

2. INSTITUIÇÕES DA POLÍTICA AGRÍCOLA E AGRÁRIA

Dentro do governo e da administração as instituições atuantes no setor, estão representadas, por parte do governo e da administração no âmbito federal, por

diversos ministérios e agências financeiras oficiais, com destaque para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Banco do Brasil – BB³. No âmbito dos Estados e Municípios encontram-se secretarias afins com seus respectivos programas⁴.

O MAPA (2011) vem atuando direcionado para a grande e média empresa rural em três campos: i) redução do risco da atividade agropecuária, através do zoneamento agrícola e do seguro rural; ii) mobilização de recursos públicos e privados, para o custeio da produção e dos investimentos no setor; iii) e apoio à comercialização de produtos da agropecuária, visando a estabilização da renda do produtor e garantir o suprimento do consumidor final com produtos a preços competitivos. Integra o MAPA a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2011), cuja responsabilidade é viabilizar soluções para a sustentabilidade da agricultura através de pesquisa, desenvolvimento e inovação, em benefício da sociedade brasileira. Outra importante empresa vinculada ao MAPA é a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2011), cujo papel é o de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, sendo ainda responsável no país pela formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.

O lado empresarial e patronal tem a representação de seus interesses junto ao Governo, expressa pela Confederação Nacional de Agricultura – CNA e principalmente pelas Outras Representações Patronais – ORP como Associações e Cooperativas ligadas ao Agronegócio do país e com assento nas 27 câmaras setoriais⁵ e nas 7 câmaras temáticas⁶ do MAPA (2011). Para entender esse arranjo institucional, destaque é dado para as câmaras setoriais do Açúcar e Alcool, do Algodão, das Aves e Suínos, da Carne Bovina e da Soja, todas essas com seus produtos na pauta de exportação brasileira. A condução do Açúcar e do Alcool foi entregue a um representante da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, que posteriormente

³ Ainda como suporte, registram-se as políticas e ações dos Ministérios da Fazenda, das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, do Trabalho e Emprego, da Integração Nacional, e da Educação, para falar dos mais importantes, afora outros agentes financeiros, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco do Nordeste – BNB.

⁴ A título de exemplo, o Governo do Estado de Pernambuco tem a Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária, e a Prefeitura do Município de Garanhuns dispõe da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Abastecimento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (BRANDÃO & VITAL, 2011 p. 12).

⁵ As câmaras setoriais são: Açúcar e Alcool, Algodão, Arroz, Aves e Suínos, Borracha Natural, Cacau, Cachaça, caprinos e Ovinos, Carne Bovina, Citricultura, Culturas de Inverno, Equideocultura, Feijão, Fibras naturais, Flores e Plantas Ornamentais, Florestas Plantadas, Fruticultura, Hortaliças, Leite e Derivados, Mandioca, Mel e Produtos das Abelhas, Milho e Sorgo, Oleaginosas e Biodiesel, Palma de Óleo, Soja, Tabaco, Viticultura, Vinho e Derivados.

⁶ As câmaras temáticas são: Agricultura Orgânica, Agricultura Sustentável e Irrigação, Crédito e Comercialização, Infraestrutura e Logística, Insumos Agropecuários, Negociações Agrícolas, Seguro do Agronegócio (MAPA, 2011).

passou o comando para outro da Cooperativa de Plantadores de Cana de Guariba – COPLANA, com atuação no Estado de São Paulo. A do Algodão tem na presidência um representante da Associação Mato–Grossense dos Produtores de Algodão – AMPA. A Câmara das Aves e Suínos tem no controle um membro da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos – ABCS, e dela participam 15 representantes de entidades privadas e 8 públicas. A de Carne Bovina, com 17 entidades do setor privado e 6 do setor público, tem o comando entregue a um membro da CNA. A câmara da Soja tem no comando o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso, agregando 18 entidades, sendo 6 públicas, com destaque para a Agência Nacional do Petróleo – ANP, e 12 privadas, incluindo a Associação Nacional para Difusão do Adubo – ANDA, a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA.

Algumas Câmaras Temáticas são consideradas transversais por estarem presentes em todas as cadeias produtivas, a exemplo da de Crédito e Comercialização, da de Infraestrutura e Logística e principalmente da de Insumos Agropecuários ou Câmara Temática de Insumos, esta última incluindo defensivos agrícolas, fertilizantes químicos e orgânicos, corretivos de solos, alimentação animal, medicamentos veterinários, inoculantes, sementes e mudas, máquinas e equipamentos. A condução dessa câmara é realizada por um representante da Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDAF, que agrega as indústrias que atuam no país em pesquisa, desenvolvimento, produção e comercialização de defensivos agrícolas. A de Crédito e Comercialização está sob o comando de um representante da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Dessa Câmara participa a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, que agrega 121 dos 172 bancos registrados no Banco Central. A de Infraestrutura e logística, tem à frente um representante da Associação Nacional dos Usuários de Transportes de Carga – ANUT, e dessa câmara participam 47 representantes, sendo 18 do setor público e 29 do setor privado.

A CNA (2011), da classe patronal, representa as Federações de Agricultura de 27 estados do país, e defende a propriedade da terra para a produção agropecuária, a biotecnologia no campo para diminuir custos de produção, reduzir o consumo de agrotóxicos, melhorar a qualidade dos alimentos, abrir novos mercados, garantir o acesso ao crédito oficial e aumentar a renda dos agropecuaristas. Além disso, executa, através do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, os seguintes programas: i) Empreendedor Rural, para melhoria da eficiência na gestão

da propriedade; ii) Terra Adorada, que trata da responsabilidade ambiental; iii) Educação Sindical, para capacitar seus agentes sindicais e formar novas lideranças; iv) Fazenda Legal, garantindo o campo bem informado e legislação cumprida; v) Mãos que Trabalham, direcionado para a capacitação de trabalhadores e proprietários no cumprimento da legislação trabalhista, particularmente da NR31 – Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração e Aquicultura; vi) Útero e Vida, que trata de colaborar na prevenção do câncer para a mulher do campo.

Para Silva (2010), esses produtores do agronegócio, através de suas Associações e Cooperativas, disputam os recursos públicos com a agricultura familiar e têm sustentação em uma ampla base parlamentar suprapartidária na Câmara de Deputados e no Congresso Nacional. Essa base produtiva tem no campo cerca de 187 mil empreendimentos rurais, que contratam 3 ou mais trabalhadores assalariados permanentes ou temporários.

O Sistema Nacional de Crédito Rural tem como principal operador o Banco do Brasil – BB (2011a). Esse banco controlado pela União é o maior da América Latina, possui 5.000 agências, 15.133 postos de atendimento e está presente na maioria dos municípios do país e em mais 21 países. O BB mantém linhas de financiamento para custeio, investimento e comercialização de pequenos, médios e grandes produtores rurais, incluindo aí o agronegócio e a agricultura familiar (BANCO DO BRASIL, 2011b). Esse financiamento tomado pelos produtores rurais, independente de tamanho, vem registrando elevado índice de inadimplência e, em consequência, tem provocado uma retração do crédito rural oficial (Pinto, 2008). A participação de bancos privados nesse tipo de financiamento é ainda bastante restrita por não ser atraente, devido ao alto risco presente nessas operações. A falta de pagamento do financiamento oficial da agricultura, muitas vezes com perdão de dívida pelo governo, tem na prática representado uma transferência de recursos para o setor.

Por outro lado, os trabalhadores rurais e agricultores familiares têm no plano nacional, representatividade institucional através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (2011) e no Movimento dos Trabalhadores sem Terras – MST (2011), que são os principais interlocutores. Esses agricultores conseguiram que no primeiro Governo do Presidente Lula (2003–2006) fosse criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, para cuidar especificamente dos seus interesses na disputa dos recursos oficiais com a classe patronal ligada ao agronegócio.

Assim, o MDA (2011) tem como prioridade fortalecer a pequena propriedade rural e atua nos campos da: i) reforma agrária e regularização fundiária; ii) financiamento da produção e comercialização da agricultura familiar; iii) na capacitação da mão-de-obra; e na infraestrutura e gestão ambiental. Encontra-se vinculado a esse ministério o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2011) que tem a responsabilidade de implementar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário do país.

Por outro lado, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG (2011) representa os anseios de 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo, registrados em 4 mil Sindicatos e 27 Federações no país. Estão representados os trabalhadores e trabalhadoras rurais, assalariados permanentes e temporários, os agricultores e agricultoras familiares, assentados ou não assentados pela reforma agrária, e os extrativistas. Executa o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (PADRSS), que defende um desenvolvimento que inclua a equidade de oportunidades, justiça social, preservação ambiental, soberania e segurança alimentar, e crescimento econômico. Tem como eixo: i) a luta pela reforma agrária; ii) o fortalecimento da agricultura familiar; iii) a luta pelos direitos trabalhistas e por melhores condições de vida para os assalariados e as assalariadas rurais; iv) a construção de novas atitudes e valores para as relações sociais de gênero e geração; v) e a luta por políticas sociais e democratização dos espaços públicos. Contribuiu para a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, que periodicamente é modificado com o propósito de atender a todas as necessidades dos agricultores e agricultoras familiares do país. A Confederação tem como bandeiras: i) reforma agrária massiva e sustentabilidade dos assentamentos rurais ii) erradicação do trabalho escravo; iii) cumprimento da NR-31 pelas empresas; iv) carteira de trabalho assinada pelo empregador; v) crédito e assistência técnica para a agricultura familiar; vi) apoio a comercialização e segurança alimentar; vii) defesa dos direitos dos jovens, da mulher e dos idosos; viii) capacitação de jovens trabalhadoras e trabalhadores rurais; ix) preservação do meio ambiente.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra–MST (2011), movimento social camponês criado há 28 anos em Cascavel (PR), formado por posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores, organiza-se em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Desse movimento participam cerca de

17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra de 24 estados do Brasil. Tem como linha política a reforma agrária popular para construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Nessa linha, busca-se intensificar a organização dos pobres para fazer lutas massivas em prol da Reforma Agrária e construir a unidade no campo e desenvolver novas formas de luta. As lutas do MST estão direcionadas para: i) democratizar a educação e a cultura no país, ii) fazer uma ampla reforma agrária popular, de modo a garantir acesso à terra a todos os que nela trabalham, incluindo a posse e uso das terras a todas as comunidades originárias dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraiszeiros e quilombolas; iii) estabelecer limite de tamanho máximo de propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional; iv) acabar com a violência de gênero que se impõe na nossa sociedade de modelo patriarcal; v) acabar com o oligopólio e democratizar a comunicação com o povo organizando seus próprios meios de comunicação social, de forma associativa; vi) garantir melhorias da saúde pública através de medidas preventivas contra doenças e também a segurança alimentar; vii) promover o desenvolvimento econômico voltado para a redução da pobreza e da desigualdade social; viii) defender a diversidade étnica e cultural, com oportunidades iguais para todos; ix) defender a democracia popular participativa, com a regulamentação de plebiscitos, referendos e consultas populares para tomada de decisões de importância para o povo; x) ter uma governabilidade que garanta a plena soberania de nosso povo, sobre nosso território, nossas riquezas naturais, minerais, nossa biodiversidade, a água e as sementes.

Utiliza como instrumentos de luta a organização de jornadas nacionais de luta; marchas; ocupações de prédios da administração pública e do sistema financeiro; ocupações de propriedades; bloqueio de rodovias federais e estaduais; denúncias de violência da polícia e da justiça contra trabalhadores e pequenos produtores; realização de congressos e encontros; ações na câmara e no congresso, produção e reprodução de material de divulgação da entidade e de suas ações.

Silva (2011) destaca que no Brasil, há cerca de 4 milhões de empreendimentos familiares que contratam até 2 trabalhadores temporários, todos eles integrantes desse grupo da agricultura familiar.

3. INSTITUIÇÕES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA AGRICULTURA

A cooperação internacional está voltada para a agricultura brasileira e expressa

em diversos programas em curso de diversas agências. Entre essas agências, as que mais se destacam são o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial – BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação – FAO, o Fundo Interamericano de Desenvolvimento da Agricultura – FIDA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Para entender a participação dessas instituições no Brasil é necessário saber como elas atuam e quais seus propósitos na globalização da economia e da agricultura.

O FMI foi criado em 1944 na Conferência de Bretton Woods, tendo como principal papel financiar países em desenvolvimento com déficits no balanço de pagamentos (IMF, 2011). Posteriormente, com a criação do sistema monetário internacional, passou também a condicionar o financiamento somente a países dispostos a aceitar reformas estruturais. O Brasil é membro fundador do FMI e nos anos oitenta recorreu ao fundo para equilibrar seu balanço de pagamentos, aceitando diversas medidas de controle fiscal e monetário e de abertura comercial. Muitas dessas medidas adotadas pelo país nessa época estão regulamentadas pela legislação brasileira. Devido ao bom desempenho da economia nos últimos anos, o país passou de devedor a credor do FMI (Lacerda *et al.*, 2011).

O Banco Mundial também foi criado na Conferência de Bretton Woods e atua no país financiando projetos desde 1949. Presentemente existem 58 projetos ativos, totalizando 9 bilhões de dólares americanos de financiamento ao governo brasileiro. O valor médio de novos empréstimos do Banco por ano no Brasil é de 3 bilhões de dólares. A maioria desses projetos são de desenvolvimento econômico e social e estão voltados para resolver problemas de: infraestrutura de transportes (36%); educação e saúde (14,4%); água, saneamento e meio ambiente (14,7%); energia (6,6%); pobreza rural e agricultura (5,5%); e políticas econômicas e administração pública (22,8%). Os projetos financiados pelo Banco no país estão concentrados no Sudeste (57,5%), o Nordeste está em segundo lugar (16,75%) (BANCO MUNDIAL, 2011). Esses projetos são solicitados e executados pelos Governos Federal e Estadual. O ciclo de cada projeto financiado compreende: identificação; preparação; avaliação para o financiamento; aprovação; implementação; conclusão; e avaliação de resultados. Na área rural tem sido frequente o financiamento de projetos de combate à pobreza rural, proteção social, proteção e recuperação do meio ambiente, preservação de fontes da água e dos recursos naturais.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, estabelecido em 1959, tem

sido a principal fonte de financiamento multilateral da América Latina e Caribe. Vem apoiando soluções para problemas de desenvolvimento das populações mais pobres e vulneráveis de países dessas regiões. O BID (2011) possui 48 países acionistas, sendo 26 da América Latina e Caribe com participação majoritária. Cada projeto do BID (2011) passa pelos estágios de preparação, aprovação, execução, conclusão e elaboração de relatórios, o que é conhecido como ciclo do projeto. Os documentos produzidos durante esse ciclo são fundamentais para verificar os resultados sobre as populações das intervenções programadas. O país vem recebendo nesses últimos anos amplo apoio e cooperação do BID em diversas áreas, principalmente na de meio ambiente e de transferência de renda. A carteira ativa do Banco no país em 2005 registrava 77 programas de cooperação num total de US\$ 9,6 bilhões. Aprovou recentemente 3 projetos para a agricultura, compreendendo investigação agroalimentar, crédito agrícola para média e pequena propriedade e desenvolvimento agrícola familiar, reafirmando a prioridade do banco com os mais pobres.

A Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação– FAO, fundada em 1945, tem atualmente a participação de 181 membros, sendo 180 países e a União Européia (FAO, 2011). Tem por objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional dos países membros mediante melhorias na produção, beneficiamento e distribuição de alimentos, através de investimentos e de transferência de tecnologia. No Brasil a FAO (2011) tem-se ocupado da segurança alimentar, emprestando apoio ao Programa Fome Zero, de redução da pobreza, do desenvolvimento rural e de gestão sustentável do setor florestal e pesqueiro. Entre os projetos dessa organização bem sucedidos no país, destacam-se os de educação com horta escolar e o de segurança alimentar e hídrica, conhecido como Projeto Dois Irmãos. O primeiro, voltado para a qualidade social da educação, para a segurança alimentar e nutricional nas escolas públicas, com montagem de hortas nas escolas e também com a qualidade socioambiental. Desse projeto participaram 71 municípios, 500 escolas, 180.000 estudantes e 4000 agentes sociais. O segundo projeto de convivência com o semi-árido esteve focado na segurança alimentar e hídrica da agricultura familiar. Foram, com esse projeto, construídas 1.683 cisternas, sendo 80 para irrigação.

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agricultura–FIDA, criado em novembro de 1997, é uma agência das Nações Unidas e tem como objetivo “fornecer financiamento direto e mobilizar recursos adicionais para programas especificamente destinados a promover o avanço econômico dos pobres rurais, principalmente através do melhoramento da produtividade agrícola” (FIDA, 2011). O Fundo vem desde

1980 financiando projetos no país. Atualmente existem 7 projetos em execução a um custo de U\$ 461,0 milhões, com aporte de U\$ 163,6 milhões da agência. Três desses projetos são no Nordeste do Brasil (IFAD, 2011).

O Instituto Interamericano de Cooperação Para a Agricultura–IICA, criado em 1942, é uma Instituição do Sistema Interamericano constituído de uma Junta Interamericana de Agricultura com 34 países membros e um Comitê Executivo formado por 12 países, eleitos mediante critério de rotação parcial. Tem como missão provêr “a cooperação técnica, inovação e o conhecimento especializado para o desenvolvimento competitivo e sustentável da agriculturas Américas e o melhoramento da vida dos habitantes do campo nos países membros” (IICA, 2011). Oferece apoio técnico aos países membros para melhorarem as condições de uso dos recursos naturais, da segurança alimentar e de melhoria da produtividade e competitividade da agricultura. O IICA participa atualmente no país de 17 projetos, sendo 7 no Nordeste. Tem sido grande a influência dessas agências na formação dos quadros técnicos especializados e na elaboração e implantação de programas e projetos de desenvolvimento rural no país.

Essas agências têm tido presença marcante como fonte de recursos materiais e humanos, para a formulação e execução de políticas, programas e projetos de modernização da agricultura e desenvolvimento no meio rural.

4. CONCLUSÕES

A composição de forças dos grupos sociais no meio rural brasileiro reflete-se no arranjo institucional e na gestão da política agrícola e agrária do país. De um lado estão os interesses da agricultura patronal do agronegócio, e do outro lado, as reivindicações da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais, ambas refletindo o perfil dominante da sociedade rural brasileira. A partir da década de oitenta os recentes Governos Democráticos vêm considerando as ações desses agentes e respondendo mediante a criação de novos ministérios, novas políticas, planos, programas e projetos e também criando novas instâncias de participação dos interessados, via foruns, conselhos e colegiados para os processos decisórios. A democracia fortaleceu as organizações da sociedade civil e tornou mais transparentes as disputas de classe no meio rural, tendo o governo, em muitos casos, atuado como mediador desse processo. A criação de um ministério e a disponibilização de recursos para tratar da agricultura familiar e da reforma agrária é um bom exemplo dessas mudanças de institucionalidade.

As agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento da agricultura de países como o Brasil têm respondido a essas mudanças internas e apoiado muitos dos projetos propostos pela nova institucionalidade estabelecida.

Acrescente-se que a segmentação do setor em empresas rurais, atendidas pelo MAPA, e a agricultura familiar, atendida pelo MDA, perde nitidez quando se trata das câmaras setoriais e temáticas que integram interesses dos produtores, independente da forma e do tamanho dos mesmos.

Portanto, a montagem da política agrícola e agrária no Brasil transcende a esfera pública e tem sua base nas forças produtivas e suas organizações representativas. O atual embate em torno de um novo código florestal no parlamento e na sociedade, através dessas organizações do mundo rural, é um bom exemplo desse confronto aberto a favor e contra a regularização de áreas de reservas florestais do código atual, já ocupadas pelo agronegócio, ou mesmo pela agricultura familiar.

Vale destacar o papel da mídia e das redes sociais pela contribuição no emponderamento dos segmentos populares rurais e urbanos. A informática e as telecomunicações deram velocidade de cruzeiro na divulgação dos fatos sociais. Contudo, a desigualdade social no campo é ainda muito grande e a manutenção de privilégios está na pauta do nosso capitalismo periférico, sobretudo no meio rural do país.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO BRASIL: *Wikipédia*, a enciclopédia livre. Artigo. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>> Acesso em 27/10/2011.

BANCO DO BRASIL. Portal. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em 10/11/2011.

BANCO MUNDIAL. Brasil. Disponível em: <<http://web.worldbank.org>> Acesso em 10/11/2011.

BID. Portal. Disponível em: <<http://www.iadb.org>> Acesso em 11/11/2011.

BRANDÃO, A.L. & VITAL, T.W. *Gestão de Política Agropecuária de Garanhuns: O Estado como Mediador do Desenvolvimento Econômico*. Petrolina. VI SOBER-NE. p.19-21. 2011.

CNA. Canal do Produtor. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br>> Acesso em 17/10/2011.

CONAB. Agricultura e Abastecimento em Boa Companhia. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>> Acesso em 8/10/2011.

CONTAG. Portal. Disponível em: <<http://www.contag.org.br>> Acesso em 8/10/2011.

ENBRAPA. Embrapa no Brasil e Exterior. Disponível em: <<http://www.embrapa.br>> Acesso em 8/10/2011.

FAO. Wikipédia, a enciclopédia livre. Artigo Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>> Acesso em 16/11/2011.

FAO. Portal. Disponível em: <<http://www.fao.org.br>> Acesso em 17/11/2011.

GIL, A.C. Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografia. São Paulo, 4ª Ed. Atlas. 2002.

FIDA. Artigo Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>> Acesso em 18/11/2011.

IFAD. Home. Disponível em: <<http://www.ifad.org>> Acesso em 19/11/2011.

IICA. Escritório Brasil. Disponível em: <<http://www.iica.int>> Acesso em 19/11/2011.

IMF Home. Disponível em: <<http://www.imf.org>> Acesso em 21/11/2011.

INCRA. Portal. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em 17/10/2011.

JOHNSTON, B.F. & MELLOR, J.W. The role of agriculture in development. The American Economic Review 51(4):566–93. 1961.

LACERDA, J.A., CRUPPI, J. & ALVES, G.R.M. Fundo Monetário Internacional e o Brasil. Disponível em: <<http://www.unimep.br>> Acesso em 21/11/2011.

LIEBER, R.R. Teoria dos Sistemas. São Paulo. UNESP. 2009.

MAPA. Notícias. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em 10/10/2011.

MAPA. Câmaras Setoriais e Temáticas. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em 11/10/2011.

MDA. Portal do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em 20/10/2011.

MST. Portal. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>> Acesso em 24/10/2011.

PINTO, L.C.G. Crédito Rural no Brasil: presente e futuro. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br>> Acesso em 28/10/2011.

SANTOS, R.S. As Contribuições dos Economistas ao Estudo da Administração Política: o Institucionalismo, o Gerencialismo e o Regulacionismo. O & S 10:28. 2003.

SILVA, J.G. Os Desafios das Agriculturas Brasileiras. In: Gasques, J.G. et al. (Org.). A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília. IPEA. 2010. pp.157–184.

VALENTE, N. Breves Considerações Sobre a Nova Economia Institucional. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br>> Acesso em 08/10/2011.